CURSO SUPERIOR DE DEFESA

Aula Magna do Ministro da Defesa, Raul Jungmann, no Curso Superior de Defesa da Escola Superior de Guerra

Rio de Janeiro, 6 de março de 2017

Senhoras e senhores,

Em primeiro lugar, quero dizer do meu prazer renovado de me encontrar aqui, nas dependências dessa Escola Superior de Guerra. Já vem de longe a minha relação com a ESG. Eu tenho vontade de solicitar à sua administração que faça um levantamento, eu tenho curiosidade de saber quantas vezes tive a honra de aqui ser convidado e aqui falar. Porque foram muitas vezes, particularmente quando exerci o cargo de Ministro da Reforma Agrária, e, de lá pra cá, tive também a oportunidade de vir aqui, de sorte que é um reencontro, e um reencontro que sempre nos deixa muito honrados, alegres e que nós encaramos como uma oportunidade de dialogar com esta Escola e com aqueles e aquelas que a fazem e que, desde a sua fundação, em 1949, têm contribuído para o pensamento, não apenas da Defesa, mas para projetos de país, para a realização de sonhos, para a mudança, para a transformação.

Então, como uma homenagem a esta Escola e à contribuição que ela tem dado através da história, eu decidi deixar de lado um discurso pronto, escrito, e procurar aqui trazer muito mais uma visão pessoal a respeito, sem sombra de dúvida, do Brasil, como vejo, evidentemente que falando também da Defesa, e um pouco, para inserir e contextualizar essas duas falas, sobre Brasil e Defesa, falar também de como vejo hoje a situação em termos mundiais.

Não se assustem. Falarei apenas de algumas coisas. Não falarei de todas. Será uma escolha muito pessoal e subjetiva, para poder formar um painel.

Iniciando pelo Brasil, o País. Pensemos na nossa evolução nos últimos 50 anos. É uma escolha arbitrária, como praticamente tudo o que aqui vai. Nos últimos 50 anos, em que pese momentos de alta, momentos de baixa, momentos de dificuldades e momentos de maior impulsão, nós podemos dizer que conquistamos uma democracia estável, com a liberdade que é contingente ao Estado democrático. Liberdades civis, liberdades políticas, imprensa livre, direito de ir e vir, independência dos poderes. E isso, sem sombra de dúvida, tem representado para nós um ativo extremamente importante, e é fundamental que se diga, desde o início, que as Forças Armadas brasileiras são, sem sombra de dúvida, um ativo importantíssimo dessa democracia. E nós temos contribuído, no âmbito das Forças Armadas e da Defesa, como sustentáculo, como mantenedor, como um pilar dessa democracia que nós temos hoje no Brasil.

Tivemos também ao longo desses 50 anos um processo de melhoria nas nossas condições sociais, que são genericamente traduzidas como inclusão social. Essa inclusão social muitas vezes nos leva ao sentimento de que ela poderia ser mais extensa, mais rápida. Sim, poderia e deveria tê-lo sido, mas a verdade é que nós vivemos um processo de inclusão social, de redução de desigualdade, quando olhamos de ponta a ponta esse período de meio século.

Um terceiro aspecto extremamente importante diz respeito à nossa soberania. Poucos países no mundo podem ostentar uma permanência da sua soberania, a ausência de conflitos internacionais, a manutenção do seu território, como tem o Brasil. Não só nesses últimos 50 anos – aqui nós podemos olhar muito mais para trás, e nós vamos verificar a nossa integridade territorial, por exemplo, que tem permanecido intocada. Já não digo desde 1750, quando foram delimitadas as grandes linhas que hoje representam as grandes fronteiras do nosso país. Já não digo de quando esse processo foi complementado, pelo então Barão do Rio Branco, e tem representado pra nós algo que é uma grande dor de cabeça para muitas nações mundo afora. Não temos litigioso, não temos contencioso de fronteira. Se nós observarmos, a divisão geopolítica da América do Sul dos nossos bancos de escola é praticamente a mesma dos dias de hoje. Nós temos, não só em termos do nosso país, mas também em termos da América do Sul, uma estabilidade que é fundamental para a nossa vida enquanto país e a nossa tranquilidade.

Se nós olharmos os mapas geopolíticos de outros espaços do mundo, nós vamos ver que não é assim. Basta olhar para o Oriente Médio, para a Europa e, se quiser estender a vista, para a Ásia, ou mesmo para a África. E não foi assim, e em alguns lugares continua não sendo assim. Então, é um ativo extraordinário o fato de nós termos mantido a nossa soberania livre de restrições, de impedimentos maiores, que nós tenhamos mantido a nossa independência e que nós tenhamos mantido o nosso território. Isso não é pouca coisa, muitíssimo pelo contrário.

E tivemos, sim, ao longo desse período, também crescimento enquanto um vetor de algo mais amplo, que é o desenvolvimento. Seguramente, crescimento esse que sofreu o que se chama, em economia, o processo de "*stop and go*", ou seja, caminhamos e muitas vezes tropeçamos, e novamente levantamos, e novamente caminhamos, e novamente temos paradas. Esse é um problema estrutural que nós temos que procurar superar, mas também é indiscutível que, de ponta a ponta, nós tivemos um crescimento ao longo desse período. Cito apenas dois dados para nos dar uma visão mais ampla. Em 1890, o Brasil tinha aproximadamente 14,3 milhões de habitantes. Em 2014, nós tínhamos algo como 206 milhões de brasileiros. É só fazer as contas e perceber o crescimento que nós tivemos em termos demográficos, em termos de ocupação desse imenso território de 8,5 milhões de km² ao longo desse período.

O outro indicador geralmente é a produção de riquezas, o PIB – Produto Interno Bruto. Desde 1962, nós evoluímos de US$ 19,7 bilhões para, em 2014, US$ 2 trilhões, trezentos e quarenta e cinco bilhões. Isso fez com que o nosso país hoje se encontrasse hoje entre as sete ou oito nações com o maior PIB em todo o globo. E não é pouca coisa, quando nós sabemos que temos a quinta maior população e o quinto maior território do mundo. Eu costumo dizer que essas dimensões que aqui referi muito rapidamente significam um destino, um destino que gerações que nos antecederam e que aqui estiveram e aqui partilharam desse processo, procuraram tornar realidade. Procuraram fazer a ponte entre esse potencial e uma realidade em termos de projeção e em termos de soberania e independência.

Ao lado desses fatos estilizados que eu reportei, nós também convivemos com um sentimento de mal-estar. Nós convivemos, sim, com um sentimento de mal-estar. Nós convivemos com ansiedades. Muitas vezes, nós convivemos até com angústias, com as dificuldades que permanecem, apesar de toda essa caminhada de crescimento e sucesso. Permanecem como penhor de um passado que não quer passar. Cito, em primeiro lugar, a existência e a permanência de miséria e pobreza. Hoje no Brasil nós ainda temos aproximadamente 39 milhões de brasileiros que se enquadram dentro dessas duas categorias – pobreza e miséria. São dois nomes, mas que têm inúmeros corolários negativos – que têm implicação sobre renda, segurança, educação e, inclusive, Defesa Nacional. Desses 39 milhões de brasileiros que vivem nessa situação, aproximadamente 10,4 milhões se encontram numa situação que não pode e nem deve ser aceita, que é a miséria. Pobreza é quando você tem um conjunto de ingressos de determinada pessoa, de uma família, que não é suficiente para atender toda a sua

cesta de necessidade – de educação, de habitação, de segurança e de emprego. Miséria é quando uma pessoa, uma família, não em condições de se manter, de se ter o mínimo em termos de alimentação e condições de sobrevivência. E nós convivemos com isso.

Sem sombra de dúvida, tem muito a ver com o penhor de uma nação que conviveu com a escravidão ao longo de 400 dos seus 500 anos. E eu faço aqui uma digressão. Muitas vezes, nós temos uma visão cinematográfica ou muito esquemática da escravidão. Não foi uma questão de um grande proprietário, um usineiro, um dono de uma grande fazenda de cacau, de um explorador de minas. A escravidão penetrou todos os poros, todos os tecidos deste país. Para ter-se uma ideia, a igreja tinha os seus escravos, o Estado tinha os seus escravos. E alguns escravos soltos também tinham os seus escravos. E não é por acaso que, quando, em 88, a Princesa Isabel sanciona a Lei Áurea estando Dom Pedro fora do País, pouco depois nós temos o fim do Segundo Império, porque o grande sustentáculo e a imbricação da economia e das elites que participavam, e não só as elites, é importante que se diga, desse amplo processo, perde o seu principal sustentáculo em termos políticos. E assim foi. Evidentemente que isso é algo que pesa sobre o nosso presente sobre o nosso futuro, e tem que ser uma preocupação constante a sua redução, e como dito isso vem acontecendo, e inclusive em anos recentes tem-se acelerado, porém não o suficiente para nos libertar do mal-estar de conviver ainda com esse passado que não quer passar.

O segundo item é a nossa educação. Hoje, sobretudo nesse mundo de transformação e mudança, nós cambiamos num mundo em que o eixo era a tradição, a identidade, era uma sociedade identitária, que se organizava e se estruturava em função aquilo que vinha ou provinha do passado. Ou seja, de fato, culturalmente, é uma sociedade cuja predominância era o vidro retrovisor, era o passado que deveria permanecer e ser reproduzido, para uma sociedade de mudança, de para-brisa, onde o paradigma é a mudança, a ruptura, uma grande corrida no sentido da ampliação da produtividade, da transformação e da ampliação da margem de lucro, que se dá através da inovação. Essa sociedade, esse mundo, é fundamentalmente vinculado à questão da educação. E hoje, qual é a nossa situação em termos globais. Em termos do Pisa, que mede o aproveitamento na área de ciência, tecnologia e matemática, nós estamos no 65º lugar, lembrando que são aproximadamente 70 países analisados. Não precisa adjetivar esse resultado. Podemos complementar que, no ranking mundial da OCDE, nós estamos em 60º lugar. Um país que não tem educação de qualidade, que não tem educação básica, é um país, seja ele qual for, que tem dificuldades no presente e crescentes dificuldades em termos de futuro. Esse é outra promissória que nós temos que saldar. Esforços estão sendo feitas nesse sentido. É extremamente positiva a Lei do Ensino Médio que foi aprovada no atual governo, mas não basta. Não cabe aqui fazer uma ampla discussão dos motivos pelos quais chegamos aqui. Este é um trabalho que eu espero que esta turma e as demais venham a realizar e propor soluções. Mas cabe aqui fazer esse registro e dizer da sua inadiável necessidade de superação.

Falemos de um terceiro ponto que tem uma grande sensibilidade no Rio de Janeiro: segurança. Para os senhores terem uma ideia, entre 2010 e 2015, nós tivemos mais mortes por homicídios do que em toda a guerra na Síria. A Síria que se destroça, que se fragmenta, que é uma fratura exposta da instabilidade e dos vários conflitos que nós temos mundo a fora, teve número de mortos menor, pelo menos segundo as estatísticas, do que o Brasil teve no mesmo período. E nós não estamos em guerra, graças a Deus, mas tivemos 58 mil mortos no último ano.

Isso tem feito com que as nossas Forças Armadas venham sendo convocadas cada vez mais para exercer um papel que, a elas cabe extraordinariamente, por meio do artigo 142, a Garantia da Lei e da Ordem. Eu estou há pouco mais de nove meses à frente do Ministério da Defesa e nós estamos na sétima GLO. De 2008 para cá, foram 44 GLO, se não me falha a memória. Como diz o ditado: "queres um Epitáfio, olhe à tua volta".

Amanhã irei ao Espírito Santo. Aquilo foi algo de uma gravidade que deve a todos preocupar. Porque hoje nós temos duas crises que se superpõem, dentre outras, na área de segurança. Uma é a crise prisional. Nós temos 2766 estabelecimentos prisionais no país. Temos 674 mil apenados, e temos um excedente de 251 mil – um quarto de milhão. Esse sistema não é controlável. Esse sistema não pode fugir, eventualmente, ou, às vezes, nem tão eventualmente, de conviver com crises, como nós assistimos recentemente naquelas tragédias das penitenciárias do Amazonas, Roraima e no Rio Grande do Norte. Hoje nós estamos concluindo a 10ª GLO em unidades prisionais. Esse é um papel das Forças Armadas? Creio que não, mas, entretanto, dadas as características da Garantia da Lei e da Ordem, como pode um Presidente da República, diante de uma crise como essa, fugir da armadilha que representa a GLO?

Vejamos uma situação. Se o Governador do Rio de Janeiro reconhece ao Presidente da República, com base nas informações que ele tem, que há um esgotamento das forças de segurança do estado e solicita as Forças Armadas. Transfiro aos senhores a responsabilidade. O que fariam os senhores? Se negar pode acontecer o pior, como aconteceu dramaticamente no Espírito Santo, aonde eu cheguei numa cidade que parecia ter sido evacuada por conta de uma guerra, onde se esgotou totalmente a legitimidade de qualquer reivindicação. Não é plausível, não é aceitável que aqueles que juraram defender uma população se ausentem e deixem-na exposta, nas mãos da criminalidade. Nenhuma legitimidade subsiste. A população em casa, aterrorizada, saques, ajuste de contas, seja o que for. E se o Presidente tivesse dito não? Fazer o quê? Arcar com esse desastre humanitário? Então, é como se o Presidente, e não falo do atual, mas de qualquer um deles, ficasse diante de uma armadilha, porque diante da iminência dessa situação, o que fazer? E lá vão as nossas Forças Armadas, pelo seu compromisso, pela disciplina, pelos seus valores, responder a essas situações extraordinárias. Tenho imenso orgulho de ser Ministro da Defesa, de trabalhar com as nossas Forças Armadas e cada dia mais. Mas tem que ser enfrentada. Porque, de fato, isso nos traz dificuldades, para dizer o mínimo, além de exposição e vulnerabilidades, também dizendo o mínimo. Cumprimos o nosso papel com o País e, como eu costumo dizer, missão dada é missão cumprida, com honra, com dignidade, com integridade, mas, de fato, nós temos um problema.

Eu fui presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e militei, não que eu gostasse, não que eu tivesse, digamos assim o pendor, mas tinha que ter o compromisso. Eu fui, durante todos os anos do meu mandato como parlamentar, membro de duas comissões: Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, porque me dei conta da imensa criticidade e importância, se nós não temos segurança, não há sociabilidade, destroem-se as estranhas da sociabilidade. Porque se não há um Estado que tem a tutela da vida, do patrimônio, das relações, não existe sociedade. Daí a necessidade de me envolver e cheguei à presidência, depois fui relator da PEC que foi dita aqui. E nós precisamos, sim. Nós tivemos mudanças na área educacional importantes, na área de saúde também, com todas as suas precariedades, mas, nós não conseguimos dar um passo em termos das necessidades de mudança, inclusive, constitucionais, no que tem o nosso sistema de segurança. E ele está aí e também está aí a criminalidade. A novidade velha que nós temos em termos de criminalidade está relacionada à nacionalização das grandes quadrilhas. Antes, um governador de estado, a Constituição de 88, evidente, não poderia antecipar o que viria, e ela coloca, depois da centralização que nós tivemos durante o ciclo militar, evidente, que a propensão da Constituição, não só na área de segurança, mas em todas as áreas, foi a descentralização. E aproximadamente 80% das responsabilidades e obrigações com segurança estão com os governos estaduais. Nós temos uma função complementar à da Polícia Federal com drogas, crimes de repercussão nacional, fronteiras, etc. O resto é dos estados. Só que os estados, hoje, enfrentam uma situação fiscal complicadíssima e isso leva a falência da nossa segurança e daí decorre exatamente este fato que nós estamos e temos que nos envolver, faço a crítica, mas, entendo. Não se pode deixar a população a mercê da criminalidade, da barbárie, é inaceitável.

Mas o crime hoje está centralizado: o PCC tem uma estrutura digna de uma multinacional, divisão de trabalho para tudo, assim como o Comando Vermelho aqui do Rio de Janeiro e que hoje se internacionalizam e já detendo a distribuição, sobretudo, da droga, mas também das armas, buscam o controle da produção, criando, portanto, uma integração e verticalização digna de qualquer grande empresa. Isso representa um grande risco para a democracia no Brasil porque, ao alcançar este nível, é inevitável que esta criminalidade, que deixou de ser local, que deixou de ser estadual, que extrapolou, nenhum governador resolve mais este problema porque ele é nacional, é inevitável que haja um confronto em termos das instituições. Exemplo, durante as eleições de novembro o Governador Flávio Dino, do Maranhão, resolveu fazer cumprir a Lei de Execução Penal. Reação do crime organizado: não vai ter eleição, e começaram a queimar as escolas aonde seriam colocados os postos de votação. Isso é um desafio a que? Isso é criminalidade? Sim e não. Porque ela vai além, tem propósitos políticos de fazer colocar de joelho o Estado e é a isso que nós temos que reagir.

Nesse sentido, considero extremamente importante a medida do Presidente Michel Temer de tirar toda a parte referente à cidadania da Justiça e colocar, pela primeira vez, em nível ministerial o tema Segurança, isso nunca aconteceu antes. É compreensível que um Presidente da República tenha dificuldade de se aproximar desse tema, primeiro, porque, constitucionalmente, isso é atribuição dos governos estaduais. Segundo, porque qual a fonte de recursos para enfrentar isso, onde está ela? As suas necessidades? E o Presidente tem tido a coragem de levar isso a esse nível e de propor um Plano Nacional de Segurança.

Para concluir essa parte, em termos de mal-estar de serviços públicos, hoje, quem pode e tem renda escapa do nosso SUS, embora represente um grande avanço, como escapa da escola pública, quem pode, e o saneamento continua sendo um dos grandes déficits nacionais que nós temos.

Um último problema muito atual e muito sensível e com o qual convivemos e que é grande parte do nosso mal-estar atende pelo nome de corrupção. Não se pode falar do mal-estar nacional se não falarmos também sobre este tema. Ele é importante em vários sentidos porque atinge as bases do nosso sistema de representação político democrática e, evidentemente, ao alcançar os fundamentos do nosso regime de representação democrática, é a própria democracia que é arranhada. Há um livro chamado Capitalismo de Laços, que trata da imbricação entre grandes empresas e o fundo público, que tem aspectos positivos, mas que tem outros aspectos sujos, poluídos, como a captura do fundo público por grandes setores destes segmentos. Tomo de empréstimo este nome para citar o que eu chamo de Política de Laços, que é uma política onde a necessária divisão, o necessário limite, entre público e privado se dissolve, seja na base da representação política, como estamos vendo através da Lava Jato no dia a dia, o que significa, em larga medida, tornar suspeita ou em parte inidônea a nossa representação, e isso é um mal tremendo que se faz à democracia, como inversamente, também cria situações da mais absoluta anormalidade. Chegamos a situações em que, às vezes, cabe a pergunta: empresa tal é uma empresa que se voltava para negócios num determinado setor, ou, antes de sê-lo, era uma empresa voltada para lucros criminosos?

Da mesma sorte, hoje nós convivemos com escândalos diários, com escândalos que envolvem a nossa representação. Vou dizer uma coisa que vai surpreendê-los: com tudo isso, eu tenho orgulho do processo de depuração que o Brasil está vivendo. Eu tenho 64 anos, e acho que como grande parte deste auditório, nos surpreendemos, nos chocamos, nos dá uma sensação de asco, mas, ao mesmo tempo, isso convive com outro sentimento: de que nós fomos capazes de construir instituições, que nós temos um processo democrático que é capaz de enfrentar este dilacerar pelo qual nós temos que passar, e nós estamos passando, e nós vamos sair do outro lado. Quanta dor! Mas vamos sair do outro lado. E eu pergunto a este augusto auditório, quantos países no mundo viveriam democraticamente o que estamos vivendo e aonde vamos chegar? Estamos a menos da metade do caminho onde vamos chegar. Quanto mais escura é a noite, mais carrega em si a madrugada. De um lado, se nós temos esse sentimento que muitas

vezes nos assalta “e nós, que levamos a vida trabalhando? E nós, que pagamos impostos? E nós que temos compromissos? E nós, que cuidamos dos nossos filhos? Como é conviver com isto? Conviver com isto é, sem sombra de dúvida, manter a fé nas instituições e na democracia, que tem capacidades neste país de superar este momento e, saindo do outro lado - e nós vamos sair, tenho certeza disso, o Brasil é infinitamente maior do que tudo isso - nós seremos muito melhores. Teremos política melhor, políticos melhores e menos corrupção, desvio e roubalheira, eu acredito nisso. Diante deste cenário que aqui tracei, tanto das nossas conquistas e avanços, quanto do nosso mal-estar, lembrando que escolhi alguns temas - muitos talvez até mais importantes ficaram fora, mas procurei traduzir uma visão pessoal - o que fazer?

Basicamente quatro a cinco pontos. Primeiro, nós precisamos ter uma visão de continuidade deste processo democrático. É ele que nos assegura em larga medida este processo de aprendizagem, de acerto e erro, e é preciso ter paciência histórica. Muitas vezes, a gente acha que não se anda, mas se anda. Não se esqueçam do ditado bíblico: se até Deus escreve certo por linhas tortas, imagine um País tão jovem quanto o nosso, e com a sua história? Porque isso permitirá a solidificação das nossas instituições, e a da institucionalidade, sobretudo, inclusive, os economistas, a Economia Institucional fala muito disso: é de instituições firmes, de regras, de respeito, de contratos, de normas, é de ter a lei na alma, no centro, numa cultura de uma nação. E isso vem com o tempo. Não vem com atalhos ou com tentativas exóticas. É com o tempo que vamos caminhar e chegar àquilo que almejamos e sonhamos. Este é o primeiro ponto.

Em segundo lugar, nós temos uma tarefa que vem se aproximando, não como gostaríamos, e às vezes com avanços e recuos, mas que é central para o país, que é a reforma do Estado. A reforma do Estado atende por um cardápio de reformas, mas pelo menos três me parecem muitíssimo importante. A previdenciária. A reforma da Previdência, sobretudo depois do novo regime fiscal, também conhecido como teto dos gastos, é imperiosa. Eu sei que há uma discussão no seio da sociedade sobre se há ou não há déficit, sem tem ou não que fazer, se há superávit ou se não há. Não vou entrar nessa discussão aqui – poderíamos voltar num outro momento e existem outros mais qualificados do que nós. Mas eu tenho a convicção de que, de fato, nós precisamos dessa reforma, porque o mundo mudou, porque a demografia mudou, porque não podemos sustentar esses déficits que estamos encarando, porque isso significa, de certa forma, impedir que recursos sejam liberados para as mais diversas áreas e que nós vamos ter que dar também a nossa contribuição.

Eu sei que, num auditório de militares, esse é um tema extremamente sensível, e quero dizer, particularmente aos senhores e senhoras militares, que nós cuidamos disso todos os dias. Hoje, esse tema é o objeto número um da nossa atenção. Assim que terminaram as minhas longas férias de outro dia, eu me reuni com o Secretário-Geral do Ministério da Defesa, General Silva e Lula e disse: Luna, nós ganhamos ou perdemos o jogo em 2017 na discussão em torno de previdência? Então, desde já, é preciso reunir o Estado-Maior das Forças e nós vamos sair na frente. Nós não vamos ficar esperando que definam o terreno, onde se deve dar essa discussão e como fazê-la. Nós vamos dizer aonde e não vamos fugir desse debate, mas também não vamos abrir mão das especificidades, das características e das demandas das Forças, porque se há esse amplo processo geral, por exemplo, a questão da idade. Eu acho que é um tema que é preciso ser discutido por todos. Se se ampliou a nossa longevidade, de hoje nós temos outras condições em termos de saúde, educação e longevidade, evidentemente que nós vamos ter que entrar nessa discussão, não tem jeito, e vamos ter que dizer qual é o nosso ponto de vista. E nós temos o que dizer. E não há a menor possibilidade, do meu ponto de vista, eu não diferencio na qualidade, no peso e na importância que tem para o país um servidor civil e um militar. E vejam, eu não falei servidor militar. Eu falei o que diz a Constituição, servidor civil e militar. Porque em algum momento se imaginou que poderia se fazer uma previdência única. Não. Chego a dizer que se nós empregássemos a previdência

civil aos militares, adeus Forças Armadas. Não teria como. Com seus direitos e deveres, não teria como. Inversamente, se nós usássemos o Sistema de Proteção Social dos militares para os civis, acabaria a carreira civil. Então, as especificidades têm que ser respeitadas, e serão respeitadas.

Mas não se pode falar em uma discussão, um debate e contribuições que venham a se dar sem falar na carreira, sem falar nos salários. Não é possível. Essa discussão tem, deve e vai acontecer conjuntamente. Toda vez que eu vejo o contracheque de um oficial quatro estrelas, eu me sinto chocado. Geralmente, quarenta anos de serviço, responsabilidades extraordinárias, não tem hora extra, não tem FGTS, não tem, não tem, não tem. Mas tem outras grandes responsabilidades, graduação, pós-graduação, doutorado um serviço e um compromisso extraordinário. Eu tenho o prazer de ter aqui ao meu lado alguns dos membros da equipe da Defesa de primeira linha, e eu queria dizer aos senhores de público, muitos que eu já conheço pelo nome, que imenso orgulho trabalhar com esses homens e mulheres.

Mas, aparte o pessoal, é fruto também de uma institucionalidade. Não se chega a comandante, coronel, general, se ele não passar por um funil no qual ética, compromisso, disciplina, entre outros valores, são fundamentais como peneira e como filtro. Então eu quero dizer aqui, em nome deles que representam as Forças, prestar a minha homenagem pelos extraordinários quadros que esse país tem dentro das suas Forças Armadas.

Sei também que devemos fazer jus aos servidores civis. Minha mãe, que nos educou e nos criou, trabalhou até praticamente morrer – assessora jurídica, servidora civil. Devo a ela e ao meu pai aquilo que sou. Mas temos que pensar nisso conjuntamente, e enfrentar isso conjuntamente também, e será enfrentado conjuntamente. Nós estamos cuidando disso, e vamos até o fim cuidando, para que tenhamos um bom resultado.

Há também a reforma política. Na verdade, trata-se de uma refundação da política. Nós temos que refundar a política neste país. Os senhores sabem, mas eu sou político, parlamentar. Algum dos senhores já teve a experiência de ir para a rua pedir voto? Eu tenho, muitas vezes, e não tem nada que doa mais do que quando você ouve as pessoas dizerem: "são todos iguais, tudo bandido, tudo isso, tudo aquilo". Ou, pior ainda, ouvir dizer: "isso não vai mudar nunca. É isso mesmo, é entrar, meter a mão, tirar", o que no fundo é uma representação da falta de crença, de credibilidade nas nossas instituições, na nossa representação. Isso corrói. Isso permite o aparecimento de salvadores da pátria, isso permite que as pessoas se sintam sancionadas, autorizadas ao desvio. "Se eles são isso, por que não nós?" Daí a necessidade e a urgência dessa reforma. O coração dessa reforma é o financiamento de campanha. Precisamos resolver isso. Evidentemente, temos que mudar a representação. Eu devendo o voto distrital por uma série de motivos, não vou explorar, é uma outra discussão. Mas onde bate o coração é, sobretudo, isso. E na seleção feita inclusive pelas estruturas partidárias de quem vai nos representar. Não é possível o sujeito ser eleito porque tem voto – ele pode ser ladrão, bandido, estuprador, pedófilo. Não é por aí.

Então, este é um passo também essencial para o que fazer. E eu espero mais uma vez a contribuição desta casa nessa discussão e sobre como fazê-lo, porque nós chegamos exatamente num impasse, e é num impasse que surgem as possibilidades alternativas. Quando está tudo bem é muito difícil mudar. O establishment tem a capacidade de manter a situação, e nós precisamos mudar. A Lava Jato precisa ir até o fim. Existem excessos, sei. Existem problemas, também. Nenhum poder, Ministério Público ou Justiça, pode se colocar acima dos demais. É preciso, é fundamental que esse processo vá até o fim, com a sua depuração.

Precisamos, por fim, de uma inclusão forte, de uma redução de desigualdades e de um crescimento sustentável, e não, como se dizia no passado, o crescimento do voo da galinha, aquele voo curto, que tem uma lista razoável que eu enumerei aqui por que ele acontece.

Agora vou me aproximar da questão da Defesa. Nós vivemos um mundo em transição, nenhuma novidade. Todos nós sabemos que vivemos uma transição. O grande problema é que talvez até saibamos de onde vem, mas para onde vamos? Novamente, citaria alguns fatos estilizados. Primeiro, evidentemente, essa palavra que é um mantra, um símbolo que tem tantos significados que praticamente se transformou numa palavra polissêmica, como dizem os acadêmicos, que é a globalização. Difícil hoje fugir desse tema. Enfocarei dois aspectos.

A globalização tem *winners and losers*, e o que nós acabamos de ver nos Estados Unidos, com a eleição do Presidente Trump, é exatamente esse embate. Evidente que tem uma outra coisa que eu vou colocar aqui, mas é claro, e aliás extremamente contraditório, porque na pátria da globalização, na pátria de quem liderou exatamente essa globalização que aí está, particularmente após a Segunda Guerra, que são os Estados Unidos, nós hoje temos uma sessão retrô, em que hoje surge um presidente que encarna um movimento de retorno ao nacionalismo. Nada contra o nacionalismo, por favor. Eu estou dizendo que evidentemente existem contraposições e conflitos entre o processo de globalização e o Estado-Nação, aqui ninguém discute isso. Mas, de fato, é surpreendente que, no país líder e que mais auferiu ganhos com a globalização, e que liderou esta globalização, hoje convivamos com um processo de retorno ao nacionalismo. Mas por que? Por causa dos perdedores da globalização dentro dos Estados Unidos. Trump e sua equipe identificaram isso. Perceberam que você tinha uma massa de americanos que estava ficando para trás, que não tinha educação, que não tinha emprego suficiente, que não estava articulada aos circuitos de geração de renda, inovação, mudança e transformação que interligavam partes da economia, da sociedade e da cultura dos Estados Unidos com outros locais no mundo. E ele sabe que isso é, sobretudo, uma tarefa cultural. Daí a disposição dele de enfrentar a mídia. É possível dar marcha ré à história? Esta marcha ré nos levará, por exemplo, a um novo concerto das nações? Ou será que nós estamos querendo mudar as luas, os tempos lunares, ou as marés? É uma questão a se ver. Isso tem um rebatimento que hoje nós encontramos sinais mundo afora. O mal-estar da Europa, da União Europeia, que nós acompanhávamos, com a marcha civilizacional. A Europa, pra não recuar muito, desde a guerra dos 30 anos, 1618-1648, com o intervalo, talvez o maior de um século, que é depois do Concerto de Viena, derrotado Napoleão e feito a grande entente entre as potências da Europa, que isso vai passando pela Guerra da Criméia, mas na verdade chega até 1914 – tirando esse período, 1812, 1814, com a exceção da guerra da Criméia – praticamente é esse período atual em que a Europa convive com a paz. O restante foi sempre um período de batalhas.

Neste fim de semana eu estava concluindo a leitura da biografia de Bismark, o grande marechal de ferro que fez e unificou a grande Alemanha, e é impressionante porque, lá, vivem-se exclusivamente dois tempos naquela época – século XIX. Vive-se a guerra e a preparação para a guerra. Então, evidentemente que a União Europeia, nesse sentido, é a possibilidade de evitar esta reincidência que nos arrastou para duas guerras mundiais. Evidentemente que ela é importante, e hoje nós estamos vivendo um movimento disruptivo em termos daquilo que está acontecendo, e temos esse mecanismo. Temos também essa sucessão americana. Eu acho que hoje há um impasse em relação a este processo de globalização, que digamos, em vários aspectos, é inexorável. A integração, em termos de comunicação, de transporte, de finanças, mas não de pessoas, que é um outro problema relacionado à imigração – mas que está fora dessa minha visão.

Então, isso vai nos levar a uma maior conflituosidade? Ou não? A uma maior instabilidade? Ou não? Quando o Trump, na verdade, dando sequência ao que o governo Obama já tinha colocado, de que os Estado Unidos pretendem reduzir o seu suporte à NATO, OTAN, e que agora há uma decisão do Conselho de Defesa Europeu de elevar o PIB de todos os países que participam da União Europeia para 2% do seu PIB. O que nós temos aí? Dando nomes aos bois: rearmamento na Europa, com as suas assimetrias. Não cabe aqui nenhuma diferenciação, mas a Alemanha – eu estava vendo outros dados do SIPRI – ela já está entre os

10 principais orçamentos de defesa, se não me engano. Por que cito a Alemanha? Porque é o país líder, maior orçamento. Se ele sobe, outros terão que subir. Isso nos leva a mais estabilidade ou menos estabilidade? Ao lado dessas questões é incontornável o impacto das novas tecnologias. Refiro-me particularmente a redes, à comunicação e ao grande impacto em termos de transporte.

Um cidadão em 2011, 2012, um verdureiro que não conseguia emprego se imolou em frente ao Palácio do então ditador do Marrocos. E dali surgiu a Primavera Árabe, que foi a grande manifestação do empoderamento da cidadania através das novas tecnologias. Isso correu o mundo. E é esse mesmo mecanismo que permite hoje, por exemplo, ao Presidente, então candidato, Trump fazer um desafio ao establishment americano que nunca foi feito. Originalmente nos Estados Unidos as eleições eram formadas basicamente no interior ou pela grande imprensa, pela academia e pelas igrejas – isso não quer dizer que outras contribuições não estivessem, longe disso – mas era por aí que existiam os filtros de informação e opinião. Trump desafia todas e vence com reflexos sobre a institucionalidade e as instituições americanas, fruto da sua independência, fruto da sua guerra civil e fruto do concerto que se faz em torno do resultado de tudo isso que, de fato, nos faz pensar sobre o abalo e sobre o que isso vai significar. Por isso, dizia que nós vivemos num mundo em transição.

Outro aspecto, diz-se que o diabo é o diabo, não porque é sábio, e, sim, porque ele é velho e isso aqui tem sabor naftalina, que é o seguinte: equilíbrio instável e velado do terror. O que é isso? Nós permanecemos com dispositivos nucleares e atômicos com a capacidade de destruir o mundo talvez 50 vezes, e não falamos mais nisso. Mas, hoje, de fato, há uma contenção, há um mecanismo de regulação que foi construído durante o governo Gorbatchov, mas que já vinha sendo antes. E durante o governo Reagan, nos Estados Unidos, se iniciou um processo de fiscalização conjunta e aquele grande equilíbrio, resultado da capacidade de destruição mútua assegurada de certa forma refluiu. Mas me lembro da crise dos mísseis de Cuba e é como se nós tivéssemos exorcizado isso. Não exorcizamos. A destruição mútua assegurada particularmente entre Estados Unidos e Rússia, em que pesem França e Inglaterra, mas, ela produziu uma certa estabilidade em termos de terror por uma razão muito simples: o efeito dissuasório. Eu destruo, sou destruído. Mas, hoje, nós temos uma proliferação. Aí estão Índia e Paquistão, aí está Israel, aí está o Irã tentando chegar, aí está a Coréia que acaba de lançar mísseis recentemente, aí está a China e assim por diante. Então, este é um dado que, de certa forma, aparece fora da percepção e do cálculo, mas, não está. Talvez naquele regime anterior, com todas as implicações que eu não desconheço, você tivesse mais segurança do que você tem nessa área hoje. Daí resulta uma multipolaridade assimétrica. Antes, você tinha os dois grandes blocos: soviético, liderado pela Rússia, e o capitalista, liderado pelos Estados Unidos. Hoje, você tem, no mínimo, uma presença de uma China crescentemente participando do núcleo de poder, a Índia, outros países como o Brasil, significando essa multipolaridade sem que a governança internacional acompanhe isso.

Temos aquilo que o Samuel Huntigton chamava de choque de civilizações, que os senhores verificam no dia a dia, que é exatamente uma contraposição levada no plano civilizacional. Estou me referindo ao Islã, com todos os seus produtos e consequências, e às novas agendas, os novos atores, que são a questão ambiental, que, se de um lado é extremamente importante, de outro, pode significar pressões indesejáveis, inclusive, sobre nós, a questão da imigração, da criminalidade transnacional, direitos humanos e assim por diante.

Vamos falar agora especificamente da Defesa. Primeira observação que faço é de que a nossa protovisão em termos do que hoje é Defesa se inicia em 1946, com o Estado-Maior Geral, com a criação, em 49, da ESG, e do Estado-Maior das Forças Armadas. Certamente isso tem muito a ver com nossa experiência na Segunda Guerra Mundial e como o entendimento de que as Forças deveriam se articular, deveriam atuar conjuntamente e de que isso teria que se reproduzir em termos de estrutura. Seguimos e chegamos a 1969 quando é produzido o conceito estratégico nacional, ainda sobre os auspícios do Estado-Maior das Forças Armadas,

em 88, um novo marco institucional, que é a Constituição. Em 96, um primeiro esboço, um primeiro olhar, sobre a Defesa Nacional, que é produzido no governo Fernando Henrique. Em 99, surge o Ministério da Defesa. Surge tardiamente, já era uma experiência difundida na América do Sul, mas, de fato, esse processo se cristaliza no Ministério da Defesa, porque, hoje, a atuação singular das Forças ou isoladamente é contrassenso. Não é que elas não possam exercer eventualmente missões singulares, mas é que se pensarmos na *raison de être* de Forças Armadas que é uma guerra, de fato, aquilo que se denomina interoperabilidade, atuação conjunta, é uma exigência da guerra moderna. Em 2005, já no governo Lula, temos uma atualização daquela PDN, e em 2008, no meu modo de entender dá uma ruptura porque desde o fim do ciclo militar até aqui você não tinha propriamente uma inserção da Defesa e das Forças Armadas dentro de um projeto nacional de desenvolvimento, e a Política e a Estratégia Nacional de Defesa decorrem, se articulam, a um projeto nacional de desenvolvimento. Isso porque, anteriormente, a lógica, em boa medida, era eivada pela divisão que você tinha entre Leste e Oeste, ou entre as duas grandes constelações que disputavam o poder, no caso uma liderada pela Rússia e outra pelos Estados Unidos, e com a divisão de trabalho hemisférica. Não é por acaso que nesse período surge o correlato da OTAN que se chama TIAR, Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, e também o conceito de Defesa Hemisférica, liderado pelos Estados Unidos. Quando nós temos o fim dessa oposição, quando cai o Muro de Berlim, o símbolo da queda desta contraposição, evidentemente que se instala um vácuo porque toda aquela arquitetura relacionada a Guerra Fria vai para o espaço, e isto é refeito em 2008.

E eu tenho a honra de ter sido relator do Projeto de Lei Complementar 136 que exatamente levou a Estratégia e Política Nacional de Defesa para dentro do Congresso Nacional. Isso é muito importante porque a nossa Constituição é altamente restritiva e pouquíssimo você vai encontrar do papel do Congresso no que diz respeito à Defesa Nacional. Como eu venho da Casa, posso dizê-lo que isso leva uma taxa de ignorância muito alta do nosso Congresso no que diz respeito a assuntos de Defesa. Então era exatamente a oportunidade de você debater com os representantes do Congresso Nacional essas questões e também o caso do Livro Branco, que era uma emenda nossa, que era uma atualização, um avanço em termos de transparência, de construção de confiança com os nossos vizinhos e também dar a conhecer as Forças Armadas e Defesa para todos os brasileiros e brasileiras. E aí se segue mais ou menos um processo de atualização, nós acabamos de enviar uma nova versão com algum atraso e que eu espero que seja devidamente analisada.

Então, hoje qual seria o primeiro ponto que eu traria e é no mínimo polêmico a respeito do que fazer em termo de Defesa. E esse ponto é o seguinte: construir politicamente uma prioridade. O que é isto? Parte do diagnóstico de que o nosso último enfrentamento interestatal data de 147 anos, que foi a Guerra do Paraguai. Parte da constatação de que nós não temos problema de fronteira, foram resolvidos e isso é um grande fator de instabilidade para um país e que nós não temos. Nós temos problemas seríssimos em termos de fronteira, isso é uma outra história, de crimes transfronteiriços. Além disso, nós temos o que eu chamo de bônus da providência, que a Leste nós temos o Atlântico e depois a Costa Ocidental da África, de onde lá não partem ameaças no presente e no futuro imediato. Não existem. Isso a leste. A Oeste nós temos a Floresta Amazônica subpovoada, não só por nós, mas também pelos países limítrofes, sem problema necessariamente de fronteiras, mas com grandes problemas em termos de crimes transnacionais, ou seja, é muito mais uma questão de polícia do que necessariamente de Defesa, embora seja dual. Ao lado disso, a nossa principal hipótese de conflito se dava naquela zona de atrito, desde a Polônia, entre o império espanhol e o império português, me refiro ao Bacia da Prata, se estabiliza. Então daí decorre um sentimento da elite nacional, e aqui falo elite horizontalmente, do Congresso, econômica, política, cultural, de que nós não temos ameaça. Então como fazer da Defesa uma prioridade como nós precisamos e queremos, se a percepção do País e particularmente da sua elite é de que nós não temos ameaças? E é verdade. Mas não é. Se nós não pensarmos no País como é pensamento

estaticamente, como é hoje e será sempre. Não vai ser. Acho muito interessante que a elite brasileira queira aos senáculos de decisão nacional, como o Conselho Nacional de Segurança da ONU, e ao mesmo tempo não atentar com as responsabilidades decorrentes em termos de Defesa e Diplomacia, certamente, mas também em termo do seu vetor militar.

Criou-se um mantra nesse País que nós somos a potência da paz, que nós somos o País do *soft power*, e que com a nossa capacidade de persuasão e com a habilidade carioca nós resolvemos todos os problemas. Não senhores, isso não existe. E se antes nós falamos nas grandes mudanças e rupturas que nós temos em termos globais, evidentemente que nós podemos nos ver em qualquer hora em situações como essa. Eu conversava outro dia com o almirante Leal, que não se pode transportar ou transplantar a situação que nós vivemos hoje para um futuro e particularmente não se pode com um País que tem 8,5 km, 4,5 milhões de águas jurisdicionais, que tem uma população de 200 milhões, que é o 5º maior território, que é a 5ª maior população, que tem os recursos naturais que nós temos, sem chances, porque o destino desse País é se projetar globalmente. E nós precisamos construir uma prioridade compatível não só com o que nós vivemos no presente, mas com o futuro. Daí eu dizer construção politicamente de uma prioridade e essa ESG tem um grande papel quanto a isso, como Casa que pensa o Brasil e pensa a Defesa, porque senão acontecer isso, eu passo para o segundo ponto.

Nós temos projetos estratégicos desenvolvidos hoje pelas três Forças. Os senhores sabem de cor o nome deles. Nós temos o Gripen, o Submarino de Propulsão Nuclear, o Prosub, o Astros, o Guarani, o SGDC que está sendo lançado agora, enfim temos um enorme conjunto. E por que esses projetos são estratégicos não só para defesa como para o País? Primeiro porque para a defesa representam a nossa atualização, senão nós ficamos para trás em termos de Defesa. Quando os ingleses vão para as Malvinas e com um único submarino conseguem manter nos portos toda a esquadra argentina, vocês querem maior noção do que é tecnologia? Um único submarino nuclear consegue mantê-los lá e suportar o apoio logístico em grande medida na própria ilha. Como é que um país consegue 7,4 mil km em termos de litoral, de costas pode abrir mão de ter e com 240, 260 plataformas de Pré-sal para ficar apenas aqui? Como é que pode abrir mão disso? E o que é que isso representa em termos de produtividade do País? Senhores, tecnologia sensível, estratégica, ninguém vai nos dar, sequer vender. Eu estive recentemente visitando o Prosub e lá o pessoal nos dizia: “olha, nós temos cooperação no que diz respeito a tudo do submarino de propulsão nuclear, menos ao que refere ao nuclear”. Nós temos que desenvolver e construir isso. Tem que ser *made in* Brasil. A mesma coisa acontece em outros aspectos. Então daí a imensa necessidade de nós prosseguirmos.

Com o novo regime orçamentário, fiscal, nós fizemos uma projeção das nossas necessidades em termos de projetos estratégicos, e a partir de 2018, 2019, abre-se um hiato entre o que é nós necessitamos, e se nós mantivermos a lógica de orçamento anterior mais IPCA aquilo que nós vamos obter. Lá na frente fecha, é mais ou menos assim: começa junto – necessidades e disponibilidade –, abre e fecha mais adiante. Mas essa é uma questão que, ou nós construímos prioridades e temos capacidade de levar isso aos poderes da República, ou nós teremos dificuldades de levar adiante um projeto como esse. E para isso nós temos que fortalecer a Base Industrial de Defesa. Se nós temos que desenvolver tecnologia, se nós temos que pesquisar, evidentemente que o complexo academia, Forças e Base Industrial de Defesa tem que ser fortalecido, tem que ser ampliado. Sem isso não há possibilidades, como diria o ministro Jobim, de dizer não quando temos que dizer não, e dizer sim, eu complemento, quando temos que dizer sim. Então, essas são coisas que estão relacionadas a essas dificuldades.

O desenvolvimento de capacidades e interoperabilidade, decorrente de tudo isso e, o último dos pontos, e fruto disso, o fortalecimento do Ministério da Defesa. O Ministério da Defesa

ainda se apresenta frágil no seu componente civil. Precisa evoluir. Fruto da organização, do planejamento e da cultura das Forças Armadas, tem um braço – o EMCFA – extremamente estruturado e muito bem organizado. Mas é preciso, para promover interoperabilidade, atuação conjunta, mediação, arbitramento, é fundamental o fortalecimento, e nós não temos sequer uma carreira de analista de Defesa, que nós ano após anos pedimos isso e ainda não conseguimos, mas vamos voltar a pedir. Ou seja, o desenvolvimento da capacidade de Defesa, e mesmo das Forças singulares, exige um Ministério da Defesa mais fortalecido, mais integrado, com mais capacidade de atuar conjuntamente e de mediar com relação às suas respectivas Forças.

Concluindo, construir politicamente uma prioridade é essencial, ampliar e fortalecer a Base Industrial de Defesa, a conclusão dos projetos estratégicos, a previsibilidade orçamentária – não dá para viver numa gangorra subindo e descendo. Vou dar um exemplo: o nosso orçamento em dólares, em 2010, 2011, chegou a U$$ 73 bilhões, mas ele cai, em 2016 para algo em torno de US$ 43 bilhões. Veja o despencar. Nós subimos agora, mas não retomamos o que era anteriormente, e trabalhar com projetos de longo prazo e de grande orçamento nessas condições, convenhamos, não é coisa das mais fáceis. Desenvolvimento de capacidades, interoperabilidade e fortalecimento da Base Industrial de Defesa.

Vou apenas concluir dizendo o seguinte: o que eu fiz questão hoje aqui foi de trazer uma visão de um Ministro de Estado da Defesa com as suas limitações, com seus erros, com suas falhas e ausência, como percebe hoje o contorno, a nossa situação, como estamos e como vivemos. Eu acho que é isso que, com humildade, eu poderia dar de melhor para os senhores e senhoras. Foi como se, nesse momento, todos estivéssemos aqui ao meu lado procurando ver como vivemos e olhamos a nossa situação. Faço isso, em primeiro lugar, em homenagem a esta casa, por ser uma casa do pensamento, por ser uma casa que desenvolveu projetos que hoje são realidade país afora, e uma casa onde estão depositadas confianças, expectativas e responsabilidades compatíveis com esta mesma história. Em segundo lugar porque, não vejo nada mais pedagógico de que num encontro como esse possamos atualizar, trazer a visão e o problema para que a gente possa receber contribuições de como enfrenta-los, resolve-los ou pelo menos minorá-los. Desculpem-me pelo excesso do tempo. Muito obrigado a todos.

Debate

Centralização dos órgãos de segurança pública

Não acho conveniente porque nós já lidamos com um problema, aliás com várias facetas desse problema. Como nós não temos uma ameaça externa palpável, visível, que de certa forma convocasse para ser uma prioridade, uma questão concreta e objetiva em termos de Defesa, o que vem acontecendo e dado a disciplina e organização, o sentimento de dever e compromisso das Forças Armadas, nós estamos virando uma espécie de canivete suíço. Exemplo: nós cuidamos de transporte de órgãos para transplante; se vem o negócio da Zika e da dengue nós vamos lá cuidar e participamos disso; se tem Olímpiadas vamos lá cuidar e fazer GLO em várias situações; falta água no meu Nordeste há seis anos, nós estamos distribuindo água para seis milhões de nordestinos; se tem um problema na área desastre, civil, seja o que for, lá vai o canivete suíço. Aonde vocês têm no mundo Forças Armadas estruturadas que cumprem essa infinidade de missões? Isso representa alguns problemas. O primeiro deles é a própria formação de nosso pessoal que tem que interromper o seu ciclo formativo. É um problema. O outro problema que pode ser sanado, mas é muito sensível, que é a questão jurídica. Lá atrás quando aconteceu o massacre da candelária, o então deputado Luís Eduardo Greenhalgh entrou com um Projeto de Lei tirando das polícias militares o crime doloso contra a vida, não seria julgado pelos tribunais, pelas justiças militares. Aí o que fez a bancada ligada as polícias? Ela simplesmente resolveu colocar as Forças Armadas dentro, que seria uma maneira de bloquear o Projeto de Lei de caminhar. Não bloqueou e resultado: nós entramos, como diz a música, como gaiato no navio. Nós não temos nenhum problema a esse

respeito. Além do que GLO é atividade caracteristicamente militar. Está lá na Constituição, Artigo 142. Então deveríamos ser julgados efetivamente pela Justiça Militar, mas não somos. Então quando o General Braga Neto bota aqui os rapazes dele nas ruas, como é que ele se sente como chefe, como comandante? Ou quando vão os Fuzileiros do Leal Ferreira ou o pessoal do Rossato, por exemplo? Como é que ele se sente como comandante? Ele está colocando um jovem, às vezes um jovem oficial que se acontece um incidente acabou a carreira dele, porque ele vai responder na justiça comum, e evidentemente a progressão da sua carreira vai ficar paralisada enquanto houver aquele processo. Esse é um dos exemplos. Agora mesmo teve um enfrentamento na Avenida Brasil, uma coisa assim com uns bandidos que passaram e um fuzileiro deu um tiro, reagiu, aliás, e o cara morreu. Absolutamente, digamos assim, dentro do que era a missão, do que era para fazer, dentro dos cuidados do que era o emprego das Forças, da progressão, tudo. Não houve nenhum excesso, mas isso gerou um processo dentro da justiça comum. Então é preciso, nesse caso específico, olhar para isso. Eu acho, e volto a dizer, não por culpa do Presidente da República e mais pela situação que nós estamos vivendo, pela gravidade, um processo de banalização de GLO. É GLO para lá, é GLO para cá, é GLO para isso, é GLO para aquilo. Vou até contar um fato ocorrido aqui no Rio de Janeiro que eu também compreendo a postura do governador, mas você tinha a votação da privatização da Cedae aqui no Rio de Janeiro, você tinha evidentemente as possibilidades de uma forte reação a essa privatização, você tinha problemas em termos de salários atrasados para as polícias locais e etc., então era um esquema de fragilidade que o Governador e o seu staff se viam preocupados. Então o que ele fez? Ele foi ao Presidente da República, em uma excepcionalidade, porque a GLO é muito clara no comando constitucional de que a possibilidade da GLO está relacionada ao esgotamento das forças de ordem de segurança pública locais, mas é esgotamento, e no caso do Rio de Janeiro, nós tivemos "uma espécie de GLO preventivo", o que inclusive motivou uma ação do Ministério Público Militar. E, realmente, ali era uma situação um tanto inusitada. De novo, as armadilhas porque de um lado você tem algo que não está devidamente contemplado e de outro lado você tem uma situação de certa forma eminente e um complicador porque nós estávamos tendo um contágio com a greve do Espírito Santo. Greve não, aquilo era motim, que é muito mais grave. E aquilo começou a ter um pessoal na porta dos batalhões, mas o governo divulgava que 97% do efetivo estava na rua. E como é que você tem esgotamento da sua capacidade de manter a Lei e a Ordem com 97% do efetivo na rua? Expliquem-me isso? Como? E tinha um pedido de que se estendesse isso perante o carnaval e isso gerou insatisfação, óbvio. Óbvio! Primeiro porque nós tínhamos que ter esgotamento, nós não tínhamos, poderíamos até ter, "mas olha aqui você tem o Comando Militar do Leste"! Quantos homens você tem aqui no Rio de Janeiro, Braga Neto? Tem 25 mil homens. A Vila Militar, maior unidade militar da América do Sul, tem 15 mil homens. O que acontece? Eu acho que o Comando, junto com os Fuzileiros que nós temos aqui, pessoal extremamente capacitado e preparado, e PQDs que nós temos lá na Vila Militar, eles chegam ao Rio de Janeiro, no local que seja necessário, em no máximo duas ou três horas. Então de fato existe essa possibilidade. Não acontecer o que aconteceu, por exemplo, no Espírito Santo, onde você teve aquele horror, saques, arrastão, sequestro, aqui não, eu acho que a gente tem condições de cuidar. Então o que eu acho que a forma que nós temos para reduzir essa banalização de GLO é a criação de uma Força Nacional efetiva, que nos outros lugares se chama Guarda Nacional, Carabinieri, etc., porque, vocês sabem, a Força Nacional tem permanente um batalhão de 200 homens em Brasília e é acionada modularmente em função da tarefa, ou seja, se eu tenho um problema que exige 1.500 homens, eu pego aqueles 200, mando para lá, e os 1.300 restantes, eu puxo um de Pernambuco, um de Goiás, um de São Paulo, puxo do Rio de Janeiro e componho. Evidentemente que aqueles que vão para lá já tiveram algum tipo de treinamento, mas você tem heterogeneidade, muitas vezes dificuldade em termos de comando, etc. O Presidente Temer, ouvindo o então Ministro Alexandre de Moraes que hoje está no Supremo, resolveu ampliar esse efetivo permanente para 7 mil. É um alento, já é uma força considerável. Vamos esperar que até o fim do ano isso vá adiante. Agora eu pessoalmente preferia que nós tivéssemos uma Guarda Nacional ou uma Força Nacional, e já disse isso ao Presidente, sob a

coordenação das Forças Armadas. Eu preferia por dois ou três motivos. Primeiro é porque as Forças Armadas, e acredito com todo respeito às demais organizações, mas as Forças Armadas têm uma cultura em termos de formação, de disciplina, de valores profundamente enraizadas, profundamente desenvolvidas. O profissional das Forças Armadas é fruto de um processo seletivo de capacitação, de treinamento, de compromisso, e talvez antes de tudo isso, de escolha dele próprio. O militar é um idealista e um sonhador no sentido de quem busca realizar, porque no fundo ele ama o País, ele se propõe a dar a vida a esse País, então não dá para se dizer que não é um idealista, e um homem que sonha com mudanças, com transformações como todos nós. É impossível viver sem sonhar. Mas tem essas características, digamos assim, que são desenvolvidas pelas instituições. Então eu gostaria que fosse, que não fossem as Forças Armadas, como por exemplo é nos Estados Unidos, mas que estivessem sob o comando delas para inclusive, me permitam se tiver algum representante das polícias de quem eu também sou um aliado histórico, tenho vários exemplos disso, mas alguns vícios e problemas que deveriam e poderiam ser evitados. Então a minha resposta é que o ideal para você deixar de fato as Forças Armadas para situações extraordinárias. Agora em um País carente, onde os setores funcionam mal, você dispor de 300 homens treinados, capacitados, comprometidos, isso é quase que irresistível que você os desloque, e como você não tem também nas nossas fronteiras um adversário, como você não está metido como muitos outros países, em conflito interestatal, e a Constituição permite ou Lei Complementar, por exemplo, o aspecto em termos de fronteiras, então de certa forma é inevitável, mas não gosto disso. Entendo, compreendo, sei que é inevitável, mas, para mim Forças Armadas devem e quanto mais e quanto melhor se prepararem, e operarem e esse engajarem na Defesa e nos seus múltiplos papéis estratégicos, melhor para o Brasil, melhor para as Forças Armadas.

GLO em estado de emergência

Nós não chegamos a ter uma situação como essa. Eu diria que a situação mais grave desde que aqui me encontro, foi a situação do Espírito Santo. De fato, a situação no Espírito Santo alcançou uma gravidade porque de um lado nós tínhamos policiais militares armados e aquartelados, o que caracteriza o motim, e com outros problemas porque, digamos assim, as associações representativas foram ultrapassadas no processo. Você tinha lideranças que antes não apareciam e que, agora inclusive, estão presas, que estavam na origem, que adotaram estratégia de elidir a legislação colocando mulheres dos PMs nas portas, evidentemente, de uma maneira articulada. Como as associações que tem experiências de negociação foram ultrapassadas, as mulheres assumiram o protagonismo, e nada contra, muito pelo contrário, mas de fato fossem homens jovens ou fossem mulheres não tinham o necessário treino, a necessária expertise, experiência por assim dizer em negociação. Então elas passaram sem nenhuma organização prévia a representar esse movimento. Então imaginem, você sentava em uma mesa negociava com um era uma coisa, com outro era outra coisa, negociava com a terceira, era a terceira, e isso foi para uma radicalização e uma horizonte, inicialmente o processo teve apoio da hierarquia, lembre-se que o comandante com 23 dias de cargo foi demitido, além de influências políticas, com um jogo político que você tinha lá dentro. Aquilo foi grave por conta disso. E era muito grave se se instaurasse um contágio, e muito mais grave ainda se não tivéssemos a resposta que foi dada no caso pelas Forças Armadas, por determinação do Presidente da República e pelo governador do Estado em ter mantido uma posição firme, porque aquilo poderia sancionar comportamentos similares, e aí sim poderíamos caminhar para essa situação que o senhor está colocando. Em segundo lugar, no momento em que aquelas forças policiais permaneciam armadas e aquarteladas e que nós tínhamos as Forças Armadas centralizando, coordenando a segurança pública, ainda que evitável, ainda que efetivamente não esteve em nenhum momento no radar, mas não se poderia descartar a possibilidade de um enfrentamento, de um incidente que levasse a um enfrentamento e seria realmente um grande desastre, mas houve presciência, houve controle, houve, de fato, serenidade, e aqui é preciso destacar mais uma

vez o papel fundamental das Forças Armadas. Por que? Porque quando eles se aquartelam, se amotinam, e deixam a população exposta a sanha dos criminosos, que é algo a ser inteiramente, radicalmente repudiado quando aquilo se dá, a entrada do nosso pessoal liquidou a fatura, porque a possibilidade de colocar o governo e o governador de joelhos, era manter o clima de terror e como nós entramos e assumimos, inclusive nós chegamos a ter 3.450 homens lá, o policiamento na grande Vitória é 1.500, 1.200, mais ou menos, então nós tínhamos um plus em termo de segurança. E o nosso pessoal foi fantástico porque com rapidez começou a dominar a dinâmica que não é deles, que não foram treinados para isso, mas foram, de fato, foram fantásticos, porque chegou a ter um problema de incêndio de ônibus aqui, um incêndio do lado de lá, rapidamente levantaram informação de inteligência e começaram, de certa forma, a concentrar, identificaram, foram lá para dentro, e nem isso aconteceu. Então você tinha um índice de homicídios aqui, um dos menores do país, e quando vem o motim, eles sobem e explodem, e aquilo foi grande parte de ajuste de contas, quando nós entramos aquilo despenca, vai lá para baixo de novo, e aí o jogo estava decidido porque o medo, o terror, o pavor, não tinha. Ônibus circulava, escola abria, hospital funcionava porque nós estávamos lá. Nesse momento era o instante em que se tivesse alguém, seguramente do lado errado, alguém com alguma liderança, dizia "epa, é hora de parar com isso", mas não tinha como parar porque a partir dali o jogo estava decidido. Não tinha como chantagear nem o governo nem a sociedade porque as Forças Armadas estavam lá dando conta disso. Então esse foi o incidente, digamos, mais grave com o qual nós convivemos. Foi tão interessante porque nós tínhamos acabado de encerrar a GLO no Rio Grande do Norte quando explodiu o Espírito Santo. Eu no mesmo voo fui embora lá, mas aquilo foi o mais grave que teve. Uma possibilidade de um Estado de Defesa tem pressupostos mais amplos do que aqueles que nós verificamos, então não houve essa oportunidade e espero que não aconteça, mas, de fato, o País precisa, digamos, encontrar caminhos e soluções para esses problemas de segurança que aqui no Rio de Janeiro é desnecessário apresentar ou fazer maiores considerações. Os senhores vivem no Rio de Janeiro, eu tenho um filho aqui, e, portanto, também vivo através dele e de familiares, eu sei como é que é essa questão aqui.

Caminhos de segurança para o País

É um tema extremamente complexo porque a segurança não se resolve na segurança. Não resolve. Quer ver um exemplo? Vamos supor que nós tivéssemos as nossas polícias militares com salários, treinamentos, capacitação, em que elas estivessem 100%, como elas e nós gostaríamos que elas fossem. Está resolvido o problema da segurança? De jeito nenhum. Por que? Porque nós temos um sistema prisional absolutamente saturado que não ressocializa ninguém e que está em crise. Então ainda que as polícias funcionassem como elas gostariam de ser e nós também, ainda assim o problema não está resolvido porque você tem um sistema prisional que aí está. Mas vamos adiante. Agora PMs funcionam 100%, sistema prisional 100%. Resolvido o problema? Negativo. Porque nós temos o Ministério Público com a sua tramitação, nós temos os processos, as periciais, etc. Então continuamos com o problema? Continuamos, mas vamos adiante. Vamos dizer que agora nós temos Polícias, sistema prisional e Ministério Público tudo maravilhoso como a gente e eles gostariam que fosse. Resolvido o problema? Negativo, porque nós temos um sistema judiciário com seus infinitos recursos, com suas delongas. Bom, então agora vamos estender esses 100%, esse estado da arte para o sistema judiciário. Resolvido o problema? Bom, resta um problema. Quem os coordenará? Quem os fará com alguma articulação, sintonia e mesma velocidade. Quem? Quem vai dizer ao Supremo, quem vai dizer ao judiciário, quem vai dizer ao Ministério Público, quem vai dizer em alguma medida porque essas estão relacionadas mais ao Executivo, as nossas polícias? Quem é que coordena isso? Então, a minha resposta é de que, de fato, o problema da segurança tem uma amplitude que requer mudanças em termos da sua estruturação e quem vem desde a Constituição até os papeis, digamos assim, de nossas polícias. É inevitável que você diga e destaque a questão da carreira, a questão dos salários, a questão do material, a questão da autoestima das nossas polícias, uma das coisas mais

importantes elevar a autoestima das nossas polícias e do policial, e isso tem uma série de questões. Não vou me estender, esse é um tema complexo, nós poderíamos voltar aqui para debater em outra oportunidade.

Equilíbrio orçamentário projetos estratégicos e BID

Bom, aí nós temos dois problemas. Por que? Porque isso representa o problema da descontinuidade, representa o problema dos contratos, representa o problema das multas, e representa o fato de que mesmo a tecnologia inovadora também envelhece. Então para os nossos projetos estratégicos esse é um grande problema. Nós conseguimos ao longo de 2016 uma vitória que foi recuperar o orçamento que foi cortado e contingenciado. Nós praticamente geramos os restos a pagar em grande parte das Forças, mas isso muito em fruto do mérito delas que tem capacidade de executar que os outros não têm e no fim do ano somos contemplados em função disso, agora esse é um problema recorrente. Não há no horizonte a possibilidade de você renegociar uma PEC estabelecendo, por exemplo, uma vinculação, sobretudo agora do jeito que está. Não há como ir por aí. O que nós estamos fazendo é o seguinte. Primeiro lugar aquilo que eu disse. Nós fizemos um cenário. O que é que nós precisamos para que esses projetos estratégicos se concluam no prazo que já está bem estendido, mas tudo bem, vamos concluir nesses prazos. Então era o que nós necessitávamos. E qual seria a disponibilidade se nós projetássemos para frente o nosso orçamento e a disponibilidade de investimento institucional, PAC, até um horizonte de conclusão disso aí? Abre-se um hiato no meio. O que nós pudemos fazer? Estamos fazendo uma série de exercícios, estamos pedindo adicionalmente. Agora em algum momento nós temos que levar, se não encontrarmos uma solução, ao comandante do Supremo, ao Presidente da República exatamente essa situação. E dizer "senhor Presidente, a situação é essa, primeiro, esses projetos não podem ser descartados, segundo, são projetos que têm um impacto em termos da Defesa Nacional e da capacidade operacional das forças, então nós precisamos ter esse *plus* nos próximos anos para poder manter e assegurar". É para isso que nós estamos nos preparando para levar adiante essa questão. Eu diria que o ano de 2017 está razoavelmente resolvido se forem mantidos os valores que aí estão, mas que a nossa preocupação é muita mais além do que 2017.

Descriminalização das drogas

Não é matéria nossa. Tem alguns ministérios, é o caso das Relações Exteriores e da Justiça, com os quais nós temos muita proximidade e contiguidade, mas, de fato, esse não é um tema nosso, ou seja, não é um tema que está dentro das nossas atribuições, por assim dizer. O que não quer dizer que nós nos excluamos do debate se a ele formos chamados. Não tem nenhum problema. Eu acho que esse é um tema que está na ordem do dia e que deve ser discutido. Eu pessoalmente, e aí é uma opinião pessoal, acho que essa metodologia de combate as drogas está totalmente falida. Isso aí não tem muitas dúvidas. A alternativa é a liberalização? Eu ficaria no meio termo. Hoje é preciso diferenciar aquele que é o usuário de quem é o traficante. Porque o que nós estamos vendo, e aí é um fato objetivo, em torno de 30, 33, alguma coisa assim, hoje são pessoas que estão dentro desse sistema prisional por conta desse consumo ou são usuários de drogas. Mas nós precisamos discutir se, de fato, essa é a alternativa para esse grupo ou se existem outras alternativas. Se você tem um usuário de drogas que não tem antecedente criminal, que não porta armas, que não estava em quadrilha, ele deve ser capturado da mesma sorte, por exemplo, que um traficante, que porta armas, que domina um território, uma comunidade e que tem antecedentes criminais? Eu tenho um sobrinho chamado Davi que tem 21 anos de idade, se meteu nesse negócio de drogas. Nunca teve nada, família estruturada, encontraram um deposito de ecstasy no apartamento deles. Nenhum antecedente criminal. Não estou fazendo defesa do meu sobrinho, acho inclusive que ele deveria ser punido, mas nove anos? Será que é compatível isso em nove anos que implica exatamente em regime fechado? E esse jovem que cai dentro desse regime fechado? Hoje os nossos sistemas penitenciários estão completamente nas mãos da quadrilha, o que é

claramente comprovado. Talvez, a exceção, dos cinco presídios federais, o restante é sob controle das quadrilhas. Aí é uma questão que a sociedade tem que discutir porque você pode estar levando um usuário para dentro de um sistema que sai de lá como criminoso até para poder sobreviver. Os senhores sabem que tem aqui presídios e presídios chamados de segurança, como tem em São Paulo. Se você pertence a uma facção não pode cair em outra facção, você tem que ser segregado. Então, você tem o presídio dos amigos dos amigos, um presídio do Comando Vermelho, um presídio do terceiro Comando Capital, um presídio das milícias, um presídio do PCC e assim por diante, porque se colocar vocês viram o que já aconteceu. Então que é que nós vamos fazer com isso? Fechar os olhos simplesmente? Eu não acho que seja o caso. Eu acho que nós temos que ter uma política e rever a Política em termos disso. Não é nossa atribuição, agora não temos porque nos negar e apresentar subsídios e propostas se a isso formos provocados.

Considerações finais

Cada vez é uma experiência singular vir a essa Escola e poder conversar com as senhoras e senhores. Eu quero dizer do meu otimismo realista com esse País. Eu já tenho idade suficiente para saber que nós mudamos e como mudamos. Mudamos para melhor. E isso não quer dizer com o mal-estar que a gente convive com os problemas que nós carregamos, mas um rápido comparativo com o desenvolvimento de outras nações, muitas das quais nós admiramos, nos leva a perceber que também o desenvolvimento, crescimento e afirmação delas não foi fácil, não foi dissociado de retrocessos, de problemas e de dificuldades. Eu sei que aqui nós temos estagiários de outras nações, o que muito nos orgulha, mas ainda assim, de um ponto de vista nacional, eu acredito que nós temos uma história pela qual nós podemos nos orgulhar, uma história que como eu procurei aqui em rápidas palavras narrar, representa o que hoje nós temos em termos de patrimônios que gerações passadas nos legaram, uma história aonde nós não temos humilhações, derrotas, retrocessos, aonde nós não temos, sem sombra de dúvidas, motivos pelos quais nos envergonharmos enquanto Pátria, enquanto País, e nós temos condições, recursos, inclusive, recursos humanos, inclusive Forças Armadas que nos habilitam com massa crítica, com capacidade, com inteligência de poder dizer que nós temos sim condições de conquistar um futuro melhor, não só em termos do nosso País, da nossa população, mas também em termos de projeção mundo afora. Evidentemente que faremos isso com as nossas características enraizadas, somos ocidentais, somos democratas, somos mestiços, somos globalizados. Poucas nações têm dentro de si tantas representações de outros países que convivem em paz e harmonia fruto da nossa cultura, e isso, evidentemente, nos credencia a termos esse futuro. Entretanto, ele não virá, não cairá nos nossos colos. Ele terá que ser conquistado, ele terá que ser mantido dentro desse caminho, que é um caminho da justiça social, que é um caminho de uma democracia, que é um caminho efetivamente de reduzirmos os nossos problemas aqui citados. E me permitam me despedir, me dirigindo as nossas Forças Armadas majoritariamente presentes. Eu costumo dizer com muito orgulho que as nossas Forças são um ativo democrático nesse País. Em todas as crises e dificuldades que vivemos recentemente foram elas, sem sombra de dúvidas, que deram a contribuição, pela sua estabilidade, pelo seu compromisso democrático, e pela capacidade de socorrer os poderes da República quando chamadas a prestar essa ajuda, e por isso, que eu quero aqui reiterar o meu profundo orgulho, admiração e satisfação de estar exatamente nesse Ministério, de ter a equipe com a qual nós trabalhamos, a melhor que eu já pude dispor até hoje, e por isso mesmo que eu tenho a convicção de que esse País conta com Forças Armadas, conta com uma Defesa que é um penhor, por assim dizer, do seu futuro. Então o nosso agradecimento a todos e todas que sejam servidores civis, sejam militares, tenham o compromisso com o nosso País e com o nosso futuro. Não tenho dúvidas de que esse momento que aqui tantas vezes pincelamos as dificuldades, ele será superado. Nós temos hoje instituições, massa crítica, disposição, cultura, para superá-la. Lembrem-se de que o pessimista perde duas vezes, o otimista pode até lá perder uma também, mas o pessimista

perde duas vezes. E por isso mesmo é preciso ter esperança, é preciso ter crença e trabalho. E isso eu sei que os senhores têm e as senhoras também tem de sobra. Muitíssimo obrigado!